



Comissão Mista de Reavaliação de Informações
130ª Reunião Ordinária

Decisão CMRI nº 111/2024/CMRI/CC/PR

NUP: **25072.046797/2022-92**
Órgão: **MS – Ministério da Saúde**
Requerente: **G. R. P. M.**

Resumo do Pedido

A Requerente solicitou: i) acesso integral ao processo administrativo de nº 25000.089257/2013-56, referente ao monitoramento da Parceria para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) firmada entre o Instituto Butantan e Parceira Privada, cujo objeto é a transferência de tecnologia do produto rituximabe (decisão publicada na Portaria GM/MS nº 1.508, de 21 de junho de 2022); e ii) alternativamente, acesso aos documentos não cobertos por sigilo.

Resposta do órgão requerido

O MS respondeu que processos administrativos de PDP são resguardados, em sua integralidade, pelo sigilo industrial (Lei nº 9.279/1996) e, portanto, não podem ser disponibilizados ao público geral.

Recurso em 1ª instância

A Requerente reiterou a solicitação e alegou que não recairia sigilo sobre os documentos solicitados, uma vez que sua restrição de acesso não seria imprescindível para a segurança da sociedade e do Estado. Alegou, também, que a jurisprudência comprovaria a obrigação de fornecimento de informações gerais e não sigilosas de processos administrativos de interesse do cidadão, bem como de acesso a cópias de documentos de interesse, inclusive os caracterizados como confidenciais, por meio da ocultação da parte sigilosa do documento. Por fim, afirmou que a justificativa apresentada pelo MS para a negativa foi genérica, por não ter havido análise pormenorizada de quais informações poderiam supostamente estar protegidas por sigilo industrial.

Resposta do órgão ao recurso em 1ª instância

O Órgão ratificou a negativa asseverando que a LAI não exclui as demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça nem as hipóteses de segredo industrial decorrentes da exploração direta de atividade econômica pelo Estado ou por pessoa física ou entidade privada que tenha qualquer vínculo com o poder público. O MS expôs o entendimento de que os documentos que integram os processos administrativos das PDP trazem informações sobre condições sob as quais os contratos de transferência de tecnologia são firmados entre instituições públicas e privadas, sendo considerado crime a divulgação, sem autorização, de conhecimentos, informações ou dados confidenciais, utilizáveis na indústria, comércio ou prestação de serviços (art. 195, XI, Lei nº 9.279/1996).

Recurso em 2ª instância

A Requerente reiterou e aprofundou os argumentos do recurso em 1ª instância.

Resposta do órgão ao recurso em 2ª instância

O MS reafirmou o indeferimento, citando precedentes da CGU e da Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI) que afirmariam o caráter sigiloso de documentos semelhantes. O Órgão também alegou que processo solicitado, datado de 2013, possui sete volumes e cerca de 140 documentos (20 documentos por volume), e que como a requerente não especificou que tipo de informações necessita ter acesso, o pedido seria genérico e desproporcional.

Recurso à Controladoria-Geral da União (CGU)

A Requerente reiterou o pedido nos mesmos termos apresentados nas instâncias anteriores e acusou o MS de violar o dever de motivação dos atos da Administração Pública por não apresentar análise pormenorizada de quais informações estariam protegidas por sigilo industrial.

Análise da CGU

A CGU decidiu pela análise conjunta dos NUPs 25072.046797/2022-92 e 25072.049836/2022-11 por possuírem objeto similar, serem da mesma requerente e ao mesmo órgão. A Controladoria expôs que, na vasta maioria de seus precedentes envolvendo o sigilo industrial dos processos relacionados à PDPs a decisão foi pelo acolhimento das justificativas de que informações desta natureza são abarcadas por legislação específica e que, portanto, são de acesso restrito, conforme o art. 95, XI, da Lei nº 9.279/1996. Além disso, a CGU entendeu que o tarjamento das informações sigilosas acaba sendo desproporcional, em vista da quantidade de informações que compõem os processos das PDPs, como o ora requerido, o que justifica a negativa de acesso, nos termos do art. 13, inciso II, do Decreto nº 7.724/2012.

Decisão da CGU

A CGU decidiu pelo desprovisionamento do subitem “i”, devido à incidência de sigilo industrial aos documentos requeridos, conforme dispõe o art. 195, XI, da Lei nº 9.279/1996, recepcionado no art. 22 da Lei nº 12.527/2011 e art. 6º, I do Decreto nº 7.724/2012, e pelo desprovisionamento do subitem “ii”, por considerar o atendimento de forma parcial como desproporcional, nos termos do art. 13, inciso II, do Decreto nº 7.724/2012.

Recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI)

Em seu recurso à CMRI, a Requerente reiterou os argumentos feitos nas instâncias anteriores e solicitou que, subsidiariamente ao acesso integral ao processo administrativo de nº 25000.089257/2013-56, seja concedido: (ii) acesso ao Parecer Técnico de não continuidade da PDP do produto rituximabe (decisão publicada na Portaria GM/MS nº 1.508, de 21 de junho de 2022), firmada com o parceiro público Instituto Butantan, referente ao processo administrativo nº 25000.089257/2013-56 publicado na Portaria GM/MS Nº 1.508/2022. Além disso, pleiteou acesso a eventuais outros documentos, como pareceres, relatórios e decisões que o embasaram; e (iii) acesso à fundamentação, eventuais outros documentos como pareceres e relatórios que tenham embasado a fundamentação da decisão proferida pelo Ministro Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes, publicada no Diário Oficial da União, em 01/12/2022 (25 Edição, Seção 1, Página 10), que indeferiu o recurso administrativo interposto pelo Instituto Butantan nos autos do processo nº 25000.089257/2013-56; iv. Em última hipótese, caso, eventualmente, não seja possível a concessão de acesso ao item (i), ou (ii) e (iii), requer-se que ao menos seja concedido acesso a todos os documentos não cobertos por sigilo, especialmente aos relatórios de monitoramento, termos de compromisso firmados, relatório dos trabalhos realizados, entre outros, nos termos do art. 7º, § 2º, da LAI.

Admissibilidade do recurso à CMRI

Recurso conhecido. A apelação cumpre os requisitos de legitimidade, tempestividade, cabimento e regularidade formal.

Análise da CMRI

Registra-se que os recursos relativos aos NUPs 25072.046797/2022-92 e 25072.049836/2022-11 foram analisados em conjunto, por serem da mesma Requerente, dirigidos ao mesmo Órgão e em razão de possuírem objetos semelhantes. Ambos os processos versam sobre pedido de informações relativo à Parceria para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) tratada no processo administrativo nº 25000.089257/2013-56. Passando-se à análise, destaca-se inicialmente que na seção de “Perguntas Frequentes” do sítio eletrônico do Ministério da Saúde o órgão assim publica:

As informações contidas nas propostas de projeto de PDP são classificadas como sigilosas, conforme disposições da Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2011, do Decreto Regulamentar – Decreto nº 7.724/2012 e a Portaria Regulamentadora do Ministério da Saúde – Portaria nº 1.583/2012, os quais preveem regra expressa quanto à obrigatoriedade de classificação sigilosa de documentos afeitos a desenvolvimentos tecnológicos em benefício da sociedade. As normas dos artigos 7º, §1º e 23, VI da Lei nº 12.527/2011; 25, VII do Decreto nº 7.724/2012; e 4º, §1º e 9º, VII da Portaria nº 1.583/2012 são taxativas quanto à permissibilidade de reserva de dados pertinentes à concretização de projetos científicos de interesse estratégico nacional. Adicionalmente, os processos referentes às PDP, baseadas no sigilo industrial, entram no arcabouço protegido pela Lei nº 9.279/1996 que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.

Os argumentos acima são similares aos utilizados pelo Requerido para embasar a negativa de acesso ao inteiro teor dos processos que tratam das PDPs, como o de nº 25000.089257/2013-56. Sobre o tema, a CMRI pacificou o entendimento acerca do caráter sigiloso de tais informações e da manutenção da negativa de acesso integral ou parcial aos dados sobre PDPs, a exemplo das Decisões CMRI nº 7, 8, 9, 10 e 11, de 2023, e 82, 83 e 84, de 2020. Todos os precedentes mencionados demonstram o entendimento firmado de que as PDPs expõem segredos industriais e informações de caráter estratégico dos envolvidos, estando assim revestidas do sigilo conferido pelo art. 22 da Lei nº 12.527, de 2011, pelo art. 6º, inciso I, do Decreto nº 7.724, de 2012, e, ainda, pelo art. 195, inciso XI, da Lei nº 9.279, de 1996, que prevê que comete crime de concorrência desleal quem as divulga. Nos recursos ora tratados, os pedidos iniciais e as solicitações subsidiárias apresentadas em fase recursal compreendem a cópia da íntegra do processo do PDP especificado, bem como respectivos pareceres, relatórios e decisões que suportaram a decisão de não continuidade. Os objetos de tais pedidos guardam extrema semelhança com objetos dos precedentes da CMRI citados. Diante do exposto, em face da natureza sigilosa das informações solicitadas e haja vista o princípio da segurança jurídica, a similaridade entre os recursos, os precedentes supramencionados e dada a ausência de motivação fática para a revisão do entendimento consolidado desta Comissão, decide-se pelo indeferimento dos recursos, com base nos dispositivos legais da Lei de Acesso à Informação, do seu Decreto Regulamentador e da Lei de Propriedade Industrial acima destacados.

Decisão da CMRI

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, por unanimidade, conhece do recurso e, no mérito, decide pelo indeferimento, com fundamento no art. 22 da Lei nº 12.527, de 2011, no art. 6º, inciso I, do Decreto nº 7.724, de 2012, e no art. 195, inciso XI, da Lei nº 9.279, de 1996, tendo em vista que as informações requeridas são resguardadas pelo sigilo industrial e sua divulgação configura crime de concorrência desleal.



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Aparecida Belchior, Secretário(a)-Executivo(a)**, em 10/03/2024, às 20:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO ALVES NOGUEIRA** registrado(a) civilmente como **RONALDO**, **Usuário Externo**, em 11/03/2024, às 12:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS AUGUSTO MOREIRA ARAUJO**, **Usuário Externo**, em 12/03/2024, às 09:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **LEILA DE MORAIS**, **Usuário Externo**, em 12/03/2024, às 17:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Míriam Barbuda Fernandes Chaves**, **Usuário Externo**, em 14/03/2024, às 10:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Dias dos Reis**, **Usuário Externo**, em 20/03/2024, às 00:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5003115** e o código CRC **57BCE576** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0